

As novas caras da economia

Com a saída de Meirelles para disputar a eleição, os secretários Guardia e Mansueto devem assumir, respectivamente, os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Para o setor privado, fundamental é que a atual agenda seja mantida



Guardia, na Fazenda: o atual secretário-executivo é um defensor do livre-comércio e da simplificação tributária / Mansueto, no Planejamento: o atual secretário de acompanhamento fiscal defende as reformas estruturais e o corte de gastos (Crédito: Nelson Antoine/Fotoarena/Folhapress)

Leonardo Motta, Luís Artur Nogueira

Ao longo dos últimos meses, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, adiou o máximo que pôde o anúncio de sua pré-candidatura à Presidência da República. Em eventos empresariais, sempre que sondado, apenas sorria e salientava que a decisão seria tomada até o dia 7 de abril, prazo limite estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Agora é oficial. O comandante da economia no governo Michel Temer, que vai trocar o PSD pelo MDB, deixará o cargo nos próximos dias, algo que já era dado como certo há muito tempo pelos seus assessores mais próximos (leia reportagem aqui). Com um currículo recheado de cargos executivos nos setores público e privado, Meirelles sabe como é

importante garantir uma sucessão serena em postos estratégicos. Por conta disso, entregou pessoalmente ao presidente Temer as peças que ele considera ideais para a montagem do quebra-cabeça da nova equipe. O mercado financeiro aprova suas indicações, que têm como objetivo principal a blindagem do núcleo econômico de eventuais interferências eleitorais.

As sugestões de Meirelles incluem a nomeação do secretário-executivo da pasta, Eduardo Guardia, para a cadeira de ministro da Fazenda, e a do secretário de Acompanhamento Fiscal, Mansueto Almeida, para o cargo de ministro do Planejamento. Dyogo de Oliveira, atual ministro do Planejamento, iria para a presidência do BNDES. O economista Paulo Rabello de Castro, que vai disputar a eleição presidencial pelo PSC, deixou o comando do banco estatal na terça-feira 27. “Todos esses nomes são tecnicamente competentes”, diz José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Opus Gestão de Recursos. “Na Fazenda, o ideal é que o Guardia assuma, pois, sendo o atual secretário-executivo, ele tem uma noção administrativa importante para os poucos meses que restam de governo.”

Nascido em São Paulo, em

1966, Guardia é doutor em economia pela USP. Tem um perfil discreto e uma forte ligação com o PSDB. Foi secretário do Tesouro Nacional do governo Fernando Henrique Cardoso, além de trabalhar na equipe do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Em São Paulo, comandou a Secretaria estadual da Fazenda no governo Geraldo Alckmin, entre 2003 e 2006. Na gestão de Meirelles na Fazenda, poucas vezes foi possível ouvir o secretário-executivo comentando publicamente algum assunto. Uma delas aconteceu recentemente, quando o presidente americano Donald Trump anunciou uma sobretaxa ao aço e ao alumínio. “O efeito prático disso é que pode desencadear uma guerra comercial na reação de outros países”, disse Guardia, no começo de março, em evento na Advocacia Geral da República (AGU). “Isso vai na contramão do livre-comércio e do aumento do fluxo de mercadorias, serviços e capitais, que é o que a gente defende e entende que seja o caminho para o desenvolvimento.”

Já Mansueto tem um perfil mais extrovertido e, na condição de especialista em contas públicas, sempre foi requisitado pela imprensa a dar opiniões sobre os problemas fiscais do País. Nascido em Fortaleza, em 1967, é mestre em economia pela USP e





funcionário de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Assim como Guardia, participou da equipe do ex-ministro Malan. O cargo de ministro do Planejamento, dado o atual contexto desafiador para as contas públicas, cairia como uma luva para quem é expert em cortar gastos. “É um ajuste gradual porque vem da despesa, é muito mais lento, porque a despesa no Brasil é muito engessada”, afirmou Mansueto, no fim do ano passado, ao comentar os resultados negativos das contas públicas. “É muito difícil mexer nessa despesa sem antes ter um grande debate público, um grande debate democrático.”



O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, é cotado para ocupar a presidência do BNDES, no lugar de Paulo Rabello de Castro, que se lançou pré-candidato à Presidência pelo PSC (Crédito: Wenderson Araujo)

O martelo será batido pelo presidente Temer nos próximos dias, mas, segundo um assessor do Palácio do Planalto, não deve haver surpresas. “A equipe econômica operou com extraordinária eficiência”, afirmou Temer, na segunda-feira 26, após reunião com empresários na Fecomercio-SP. “Não pode quebrar essa equipe por nós montada no início do governo.” Para o mercado financeiro, o mais

importante é que o time econômico continue blindado de eventuais interferências eleitorais. Há quase um consenso dos especialistas de que o ano de 2018 “já está dado”, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) vai crescer perto de 3%, o triplo do que foi registrado no ano passado. A maior preocupação reside na campanha eleitoral. “O PIB já está encomendado, a inflação permanece sob controle, mas o câmbio pode estremecer se candidatos da extrema esquerda ou da extrema direita crescerem nas pesquisas”, diz José Cláudio Securato, presidente da Saint Paul Escola de Negócios, que participou do programa “Papo de Economista”, na TV Dinheiro.

A manutenção da estabilidade macroeconômica num ano eleitoral depende da credibilidade da equipe. Nesse quesito, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, é considerado peça-chave. Eleito Empreendedor do Ano pela DINHEIRO em 2017, o economista recebeu, no dia 15 de março, o prêmio de melhor banqueiro do mundo, oferecido pela publicação britânica *The Banker*, especializada em finanças internacionais e pertencente ao *Financial Times*. Tamanho prestígio tem contribuído, inclusive, para a ancoragem benigna das expectativas inflacionárias, abrindo caminho para a queda recorde da taxa básica de juros (Selic).

Atualmente em 6,50% ao ano, a Selic pode cair um pouco mais –

um ou dois cortes de 0,25 ponto percentual – nas próximas reuniões, segundo comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom). Na quarta-feira 28, o BC anunciou uma drástica redução nos depósitos compulsórios com o objetivo de reduzir os juros bancários (leia quadro ao final da reportagem). Ilan, como é chamado no mercado, rechaça prontamente todas as especulações sobre o seu nome para o Ministério da Fazenda. Sua gestão eficiente no combate à inflação e na queda dos juros levou, inclusive, o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, a cravar a manutenção seu nome no BC num eventual mandato, a partir de 2019.

Questões eleitorais à parte, a nova equipe econômica tem pela frente nove meses de muito trabalho. O maior desafio será driblar o calendário apertado, que terá a Copa do Mundo e a campanha eleitoral como obstáculos às votações no Congresso Nacional. A agenda é extensa e inclui a reforma Tributária, a reoneração da folha de pagamentos e a autonomia do Banco Central (confira quadro acima). Para o setor produtivo, o projeto mais importante é o da simplificação, tema que mereceu um comentário de Guardia, durante evento da AGU, que garantiu que a mudança não é para aumentar a arrecadação.

“A reforma do PIS/Cofins é neutra”, afirmou Guardia, que deve empunhar essa bandeira caso seja efetivado como ministro da





Fazenda. “A alíquota nominal irá subir, mas alíquota efetiva será a mesma.” A maior dificuldade é convencer os governadores de que os Estados não perderão receita. Outro tema caro à equipe econômica é a reforma da Previdência Social, que deve ser feita apenas em 2019, pelo próximo presidente. “Se não fizermos reformas, melhorarmos a carga tributária, abrirmos a economia e não completarmos o ajuste fiscal, não vamos crescer mais de 2%”, diz Mansueto, que está de malas prontas para se transferir ao Ministério do Planejamento. “Com as reformas, podemos crescer tranquilamente mais de 3,5%.”

BC declara guerra aos juros altos



Causou irritação dentro do governo o resultado da pesquisa mensal do Banco Central (BC) sobre os juros bancários, divulgada na segunda-feira 26. Em fevereiro, pelo segundo mês consecutivo, as taxas de juros cobradas de consumidores e empresas subiram, num contexto em que a taxa básica (Selic) não para de cair – está em 6,5% ao ano, o menor patamar da história. Três dias depois, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, anunciou uma redução drástica no recolhimento dos depósitos compulsórios. Trata-se do dinheiro que os bancos são obrigados a deixar guardado, sem poder emprestar aos clientes. A alíquota dos depósitos à vista caiu de 40% para 25%; a dos depósitos da poupança de 21% para 20%; e no caso da poupança rural, de 24,5% para 20%. “O impacto agregado das medidas pode ser estimado em R\$ 25,7

bilhões devolvidos ao Sistema Financeiro Nacional”, escreveu o BC, em nota, ao divulgar a medida.

Em tese, com mais recursos para emprestar, os bancos poderão cobrar menos juros de seus clientes. Há, no entanto, o risco de as instituições comprarem títulos públicos em vez de ofertar mais crédito. A decisão sobre se este dinheiro vai para a população ou para o governo vai depender dos tesoureiros. No mercado financeiro, o sentimento geral é de que o BC está preocupado com o ritmo lento da atividade econômica, não restringindo o seu olhar às questões inflacionárias. Na pior das hipóteses, se os bancos preferirem comprar mais títulos públicos, haverá um efeito secundário de queda na curva de juros do mercado. De uma forma ou de outra, o BC declarou guerra aos juros altos.





AGENDA ECONÔMICA

A nova equipe tem uma série de medidas prioritárias até o fim do ano



Extinção do fundo soberano



Marco legal de licitações e contrato



Nova lei de finanças públicas



Reforço das agências reguladoras



Privatização da Eletrobras



Depósitos voluntários do Banco Central



Recuperação e melhoria das estatais



Regulamentação dos Distratos



Regulamentação da duplicata eletrônica



Redução da desoneração da folha



Teto remuneratório



Reforma PIS Cofins e unificação dos tributos



Autonomia do Banco Central



Cadastro Positivo



Atualização da Lei das Comunicações

Dyogo vai para BNDES e Colnago assume pasta

Por Cristiane Bonfanti e Fabio Graner | De Brasília

O Palácio do Planalto confirmou ontem que o atual ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, assumirá o comando do BNDES e que o atual secretário-executivo, Esteves Colnago Júnior, ficará com o comando da pasta.

A nomeação de Colnago foi feita por sugestão de Dyogo, que tem apoio do líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR). O novo ministro é economista e funcionário de carreira do Banco Central, embora desde 2004 exerça funções nos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Neste último, chegou ao cargo de secretário-executivo adjunto em 2016, tendo antes ocupado outros cargos de direção na secretaria executiva e na de política econômica, onde atuou em assuntos dos mercados financeiro e de capitais.

No Planejamento, Colnago tem sido o braço direito de Dyogo, que agora vai para o BNDES (cujo conselho de administração é presidido por Colnago) substituir Paulo Rabello de Castro. Uma das missões do novo titular do banco será pacificar o ambiente interno, que voltou a se deteriorar quando ficaram claras as intenções eleitorais de Rabello de Castro.

O anúncio foi feito durante reunião realizada com ministros e o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu. Segundo Jucá, 14 ministros deverão ser anunciados. Ainda não foi confirmada a nomeação do secretário-executivo do ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, para substituir o ministro Henrique Meirelles, que deve assinar amanhã a filiação ao MDB e pretende disputar a presidência da República ou compor a chapa de Michel Temer como vice. A previsão é que Guardia e Colnago tomem posse na quinta-feira.

Além de Dyogo e Colnago, o governo já havia confirmado no sábado que Gilberto Occhi assumirá hoje como novo ministro da Saúde. Ele deixa o comando da Caixa Econômica Federal e assume o lugar de Ricardo Barros (PP-PR), que deixa o cargo para disputar as eleições deste ano.

A Caixa passa a ser presidida por Nelson Antônio de Souza, atual vice-presidente de Habitação do banco. Também foi anunciada a nomeação do atual diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Valter Casimiro Silveira, substituir Maurício Quintella como ministro dos Transportes.

Temer confirma Colnago no Planejamento e Dyogo no BNDES

Trocas no governo respeitam calendário que impede a ocupação dos cargos por quem deseja ser candidato nas eleições deste ano

O presidente Michel Temer fechou neste domingo (1o) a formação da trinca econômica do governo federal.

Foi oficializado que o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, assumirá a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O atual secretário-executivo da pasta, Esteves Colnago, será promovido ao posto de ministro.

Em reunião com autoridades no Palácio do Jaburu, residência oficial de Temer, ficou decidido que ele e Meirelles vão bater o martelo nesta segunda-feira (2) sobre o comando do Ministério da Fazenda, que ficará com o atual secretário-executivo da pasta, Eduardo Guardia.

O anúncio é parte do processo de substituições na Esplanada dos

Ministérios, motivadas pela saída de ministros que serão candidatos em outubro. Pela regra, membros do Poder Executivo precisam deixar os cargos até 7 de abril.

As mudanças apresentadas neste domingo já estavam definidas e foram antecipadas pela Folha.

Na dança das cadeiras, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), é tido como vitorioso, porque conseguiu colocar Dyogo no BNDES, em uma tentativa de liberar recursos que os políticos reclamam que a atual gestão travou.

Jucá aceitou deslocar Dyogo para o comando do banco porque teve o compromisso de Temer de que Colnago seria o sucessor no Planejamento. Meirelles, que queria Man-sueto na pasta, se contentou com Guardia na Fazenda. Assim se fechou a equipe.

O comando do BNDES foi deixado por Paulo Rabello de Castro, que será candidato à Presidência da República.

Prestes a assumir o banco de fomento, Dyogo afirma que uma de suas prioridades será reforçar a atuação em parcerias com o mercado financeiro. O objetivo, segundo ele, é garantir mais recursos ao BNDES e, desse modo, “ampliar o investimento, principalmente em infraestrutura”.

Participaram do encontro os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral), Eliseu Pa-dilha (Casa Civil), Carlos Ma-run (Secretaria de Governo), Gustavo Rocha (Direitos Humanos) e Dyogo, além de Jucá e do deputado Darcísio Pe-rondi (MDB-RS).

Temer usou a reunião para discutir outros temas. Um dos assuntos foi o possível reajuste no Bolsa Família.

Segundo Perondi, o clima no Jaburu “distensionou” desde quinta-feira, quando amigos de Temer foram presos pela PF. (MARINA DIAS, BERNARDO CARAM E ÂNGELA BOLDRINI)

Rigidez e ineficiência

Ainda que as propostas e programas do governo sejam os mais adequados aos interesses do País e que seus executores sejam os mais honestos e competentes, condições estruturais fizeram com que o efeito prático dessa combinação política e administrativamente ideal tenda a ser limitado.

O regime fiscal criado pela Constituição de 1988 e consolidado pela legislação ordinária dos últimos 30 anos engessou de tal modo o Orçamento da União que muito pouco dos recursos totais sobra para ser aplicado em programas e projetos novos. Quase tudo que é colocado no cofre do Tesouro Nacional já chega com destinação determinada.

Essa fatia de dinheiro que os técnicos chamam de “carimbado”, pela obrigatoriedade de sua destinação, já era grande no início do século e vem crescendo de maneira contínua. Se esse processo não for contido, investimentos novos em áreas essenciais para o crescimento e modernização da economia e para o bem-estar da população poderão ser comprometidos.

De acordo com estudo que acaba de ser divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (Relatório Fiscal do Tesouro Nacional 2017), o nível de engessamento do Orçamento da União, isto é, da parcela de recursos cuja destinação está previamente determinada, chegou a 93,7% do total de despesas no ano passado. Esse montante equivaleu a 18,3% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 2017.

Em 2001, essa fatia já era bem significativa, pois correspondia a 85,6% das despesas orçamentárias, e, como mostra o relatório do Tesouro, alcançou um nível tão alto que ameaça inviabilizar iniciativas do governo que impliquem gastos fora daqueles previamente determinados. É, de fato, cada vez menor a margem orçamentária para a cobertura de despesas não obrigatórias, chamadas de despesas discricionárias.

Essa margem se estreita mais quando se levam em conta os restos a pagar inscritos e não cancelados, que correspondem a despesas empenhadas, mas não pagas no mesmo exercício e que, por isso, oneram orçamentos

de exercícios seguintes. Considerados os restos a pagar, a parcela engessada do Orçamento de 2017 chegou a 97,6%.

Houve no ano passado tentativa de elaboração e aprovação de um conjunto de medidas destinadas a reduzir o excesso de rigidez e de vinculação dos recursos orçamentários, mas o tema nem sempre é bem visto entre os parlamentares. Reduzir o nível de engessamento do Orçamento da União implica, por exemplo, reduzir ou extinguir a obrigatoriedade da destinação de determinada parcela dos recursos orçamentários para esta ou aquela finalidade, como educação, saúde ou programas de assistência social.

Como descreve o estudo do Tesouro, o processo é longo: “Desde a Constituição Federal de 1988, o orçamento público brasileiro vem sofrendo processo intenso de engessamento, resultante da propagação de despesas obrigatórias e de transferências constitucionais e legais, de regras de indexação de despesas, de obrigatoriedade de aplicação mínima de recursos em alguns setores e de criação de receitas vinculadas a determinados gastos, o que limita a capacidade do Estado de realizar políticas públicas e de realocação de recursos para o cumprimento de metas fiscais”.

O Tesouro criou uma escala para estabelecer o grau de dureza do engessamento orçamentário. No nível 5, o mais resistente, estão benefícios previdenciários e assistenciais, folha de pessoal, abono e seguro-desemprego e emendas parlamentares obrigatórias. No ano passado, esses gastos representaram 80,5% do Orçamento.

Despesas de custeio de saúde e educação, para as quais a legislação destina uma fatia fixa das receitas líquidas, estão classificadas no nível 4, e responderam por 9,8% das despesas no ano passado. O nível 1, das despesas de livre decisão do governo, se limitou a 2,4% do total. “Para pagar gastos obrigatórios, teremos de cortar investimentos, programas sociais e políticas importantes, como ciência e tecnologia”, observou o economista Marcos Lisboa, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

ANDREZA MATAIS E MARCELO
DE MORAIS

» **Metas.**

Ao ser escolhido para o dirigir o BNDES, Dyogo Oliveira recebeu a missão de ampliar a gama de produtos e se aproximar mais do mercado financeiro privado. Temer pediu que trate o banco com mais carinho que Paulo Rabello.

Colnago vai substituir Dyogo no Planejamento

Governo confirmou ontem que atual secretário-executivo vai assumir a pasta; Dyogo Oliveira deixará o ministério para comandar o BNDES

O Palácio do Planalto confirmou ontem que o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, assumirá a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para substituir Dyogo como ministro do Planejamento, foi escolhido Esteves Colnago, atual secretário-executivo da Pasta. As informações foram divulgadas por meio de nota à imprensa.

A decisão foi sacramentada em reunião do presidente Michel Temer com ministros no Palácio do Jaburu. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tentava emplacar o secretário de Acompanhamento Fiscal da Fazenda, Mansueto Almeida, para o cargo.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, no entanto, Oliveira defendeu a permanência de

Conalgo sob o argumento de que a escolha dele dará sentido de continuidade aos trabalhos, já que Conalgo conhece bem o funcionamento da pasta e é funcionário público há mais de 20 anos.

Economista com mestrado em Ciências Públicas, Colnago atuou junto à área econômica do governo desde 1996, quando iniciou carreira de analista no Tesouro Nacional. É analista do Banco Central desde 1998 e assumiu coordenações de áreas da Fazenda de 2004 a 2015.

Colnago acompanhou a ascensão de Dyogo Oliveira na administração pública e também atuou como seu secretário-executivo adjunto tanto na Fazenda quanto no Planejamento. Ele também é presidente do Conselho de Administração do BNDES e membro do Conselho de Administração da Eletrobrás. / Carla Araújo,

EDUARDO RODRIGUES E
LORENNARODRIGUES